TL 2016

COMUNICAÇÃO POR FAX

De: CDPM

Fax: 351-1-3534009
Tel: 351-1-3528718
Data: / /

Para: _____

Fax:

Nº. Pág.:

Apelo a divulgar junto da imprensa espanhola. Subscrito por organizações e personalidades timorenses, portugueses e espanholas.
Propomo-vos a adesão a este apelo.

APELO

A Indonésia invadiu Timor em 1975. Desde então até hoje a população tem sido constantemente dizimada e organizações internacionais têm denunciado a situação como sendo um genocídio conscientemente executado pela Indonésia e olhado com indiferença pelas potências ocidentais. Mas a resistência do povo timorense continua e graças ao trabalho dum jornalista o mundo pode ver o Massacre de 12 de Novembro de 1991 que modificou totalmente a consciência de muitos cidadãos do mundo para o problema de Timor-Leste.

Apesar disso, e face à inoperância de muitos governos a situação continua a deteriorar-se, com execuções sumárias e prisões arbitrárias, entre as quais, a de Xanana Gusmão, o líder da resistência que se encontra detido numa prisão indonésia.

Felipe Gonzalez em encontro com Cavaco Silva reafirmou a posição do Estado Espanhol de apoio às iniciativas do Governo Português para a busca de uma solução para o problema de Timor-Leste. Em todo o caso declarou que a Espanha continuava com os acordos de cooperação económica e militar com a Indonésia. O que é um contra-senso. Como é possível apoiar as aspirações do povo timorense se se fortalece e arma a Indonésia para continuar o genocídio em Timor-Leste?

Perante a penosa situação em que se tem visto envolvido o povo de Timor-Leste desde a sua invasão pela Indonésia em 1975, agravada pelo esquecimento dos seus problemas por parte da opinião pública internacional em geral e da espanhola em particular, apelamos:

Comissão para os Direitos do Povo Maubere - CDPM
R. Pinheiro Chagas, 77 - 2º Esq., 1000 Lisboa, Portugal
E-mail: cdpm@gn.apc.org

1º. a que as Nações Unidas apliquem medidas - como o têm feito noutras ocasiões - tendentes a modificar a actual posição da Indonésia e a resolver um conflito que se tem prolongado excessivamente no tempo e que tem gerado um elevadíssimo custo em vidas humanas, assim como inumeráveis violações dos direitos humanos.

2º . a que as Nações Unidas incluam nas conversações os representantes da Resistência timorense para além da Indonésia - como potência ocupante de facto - e de Portugal - como potência administrante de direito - para solucionar o problema de forma pacífica. Estas conversações devem conduzir à realização de um referendo no qual os timorenses exerçam o direito à autodeterminação que lhes é reconhecido pela ONU nomeadamente nas diversas resoluções condenatórias da invasão e posterior anexação indonésia. O direito à autodeterminação do povo de Timor-Leste também foi reconhecido por diversas instâncias internacionais tal como a União Interparlamentar, a Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, a Assembleia Parlamentar da União Europeia Ocidental e o Conselho de Ministros da CEE.

3º. a que o governo espanhol assuma em relação a Timor-Leste uma posição mais de acordo com a defesa dos valores democrárticos, dos direitos humanos e das resoluções do Parlamento Europeu.

A Resistência timorense e demais signatários apelam à consciência dos povos do Estado Espanhol para que pressionem o seu Governo no sentido de condicionar todos os acordos com a Indonésia ao respeito pelos Direitos Humanos na Indonésia e ao direito à Auto-determinação e Independência do povo timorense.

Comissão para os Direitos do Povo Maubere - CDPM
R. Pinheiro Chagas, 77 - 2º Esq., 1000 Lisboa, Portugal
E-mail: cdpm@gn.apc.org